

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de História

As Bebidas Alcoólicas e as Drogas
Psicoativas na História
Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro

OPIÁCEOS E PROIBICIONISMO CONTEMPORÂNEO

José Ricardo Gallina

São Paulo

Dezembro de 2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH

Departamento de História

Disciplina: FLH5130-1 – 2º semestre de 2004

As Bebidas Alcoólicas e as Drogas Psicoativas na História

Prof Dr Henrique Soares Carneiro

Aluno: José Ricardo Gallina – nº 4846495

"There is no pain, you are receding
A distant ship smoke on the horizon
You are only coming through in waves
Your lips move, but I can't hear what you're saying
And I have become comfortably numb".

Pink Floyd - *The Wall*

OPIÁCEOS E PROIBICIONISMO CONTEMPORÂNEO

Quando Sigmund Freud publicou *O Mal-Estar na Cultura* em 1930, um de seus ensaios mais comentados em todo o mundo, fazia uma advertência bastante incisiva a respeito da condição humana. Afirmava que o plano da *Criação* não inclui o propósito de que o homem seja feliz, e que aquilo que no sentido mais estrito se chama felicidade, surge da satisfação, quase sempre instantânea, de necessidades que acumuladas alcançam ou adquirem elevada tensão. Portanto, segundo Freud, a felicidade dos homens não passa de um fenômeno episódico que está intrinsecamente relacionado à supressão dos estados de sofrimento provenientes do próprio corpo, do mundo exterior e dos relacionamentos pessoais. Afirmava ainda que dentre os diferentes e

eficazes métodos que os seres humanos empreendem para modificar tal determinação ou condição natural inclui-se a intoxicação ou método químico; a utilização de certas substâncias, cuja presença no sangue ou nos tecidos proporcionam diretamente sensações prazerosas, modificando as condições de nossa sensibilidade de maneira que nos impedem de perceber estímulos desagradáveis.

“Atribui-se tal caráter benéfico à ação dos estupefacientes na luta pela felicidade e na fuga da miséria, que tanto os indivíduos como os povos têm reservado a eles um lugar permanente em sua economia libidinal. Não somente fornecem o prazer imediato, como também uma importante medida de independência frente ao mundo exterior. Os homens sabem que com isso sempre poderão escapar ao peso da realidade, refugiando-se em um mundo próprio que ofereça melhores condições para sua sensibilidade. Entretanto, sabe-se que é precisamente esta qualidade dos estupefacientes que entranha seu perigo e sua nocividade. Em certas circunstâncias ainda levam a culpa de que dissipam esterilmente grandes quantidades de energia que poderiam ser aplicadas para melhorar a sorte humana”.¹

Importante se faz pensar a respeito de quais estupefacientes Freud estava falando. A busca por analgésicos, anestésicos ou narcóticos mais eficazes sempre foi um dilema das práticas medicinais diante da brutalidade da dor e dos diferentes tipos de sofrimento humano. Dentre as substâncias amplamente empregadas para tal finalidade, até meados do século XIX, podem-se incluir o álcool etílico, a mandrágora, o ópio, o cânhamo e a coca. Em 1929, quando Freud escreveu seu ensaio, a medicina já tinha consolidado extenso uso para os opiáceos – substâncias derivadas do ópio - e para a cocaína em suas fórmulas medicamentosas, e já havia também desenvolvido vários conhecimentos sobre os efeitos e potencial de abuso dessas substâncias. As características desses produtos em promover efeitos anestésicos, de produzir tolerância orgânica, as conseqüentes síndrome de abstinência e dependência pela alteração prazerosa de estados da consciência e da sensibilidade a partir de seu uso, conduziram a que fossem submetidas com maior rigor no âmbito das práticas medicinais e dos arbítrios judiciais. Portanto, apesar do amplo reconhecimento dos aspectos compensatórios dos estupefacientes, também era digna de nota a nocividade intrínseca que eles comportavam, conforme as afirmações de Freud.

Durante os anos de 1884 a 1887, Freud desenvolveu alguns estudos sobre a cocaína e seus efeitos sobre o sistema nervoso, correlacionando-a com o tratamento da abstinência da morfina – substância derivada do ópio. Naquela ocasião, Freud acreditava em uma utilização terapêutica eficaz e controlada para os dependentes de morfina e outros quadros psiquiátricos. Entretanto, já no final desse período, mencionava com certa rejeição os resultados de outros

¹ Tradução livre de citação. FREUD, Sigmund. “El malestar en la cultura”. In: *Obras Completas, vol.III*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p.3026.

estudos que consideravam a periculosidade do potencial de hábito e de dependência da cocaína, o cocainismo. Freud observou que havia uma irregularidade dos efeitos tóxicos na aplicação da cocaína, segundo uma variação individual de excitabilidade e da condição dos nervos sobre os quais atua, atribuindo a fatores de sensibilidade e predisposição, o que de certa forma poderia absolver a cocaína para novos estudos científicos. A utilização da cocaína como substância anestésica e de utilização terapêutica para a medicina passou a dar lugar a uma crescente preocupação relacionada com seu abuso como substituta da morfina. Até a atualidade, a cocaína ganhou novos preparos e formas de aplicação, além das vias oral, nasal e epidérmica da época Freud. Sobre isso, Oscar Cesarotto relaciona o consumo da cocaína nas formas do *free-base*, do *crack* e do *speed-ball*. E comenta que a forma *speed-ball* é de todas a mais interessante, porque junta cocaína e morfina, em partes iguais, na mesma seringa.

“O efeito desta picada emite aos neurônios uma mensagem de duplo vínculo: a aceleração, concomitante com a depressão, produz um estado de ataraxia que dura alguns minutos. Os dois entorpecentes são antitéticos, mas não se excluem mutuamente, e o organismo que os recebe ao mesmo tempo é precipitado numa vertigem ambígua. [...] Freud, que confiava no conflito entre os opostos, para que um dos antagonistas banisse o outro, não tinha condições para supor semelhante aliança. *Sister Morphine* e *Cousin Cocaine* mantêm, segundo os *Rolling Stones*, uma relação elementar de parentesco. Algumas vezes, os paradoxos do gozo escapam por completo ao bom senso”.²

Opiáceos

O ópio é extraído de uma planta típica da região mediterrânea oriental e das regiões quentes do continente asiático, a *Papaver somniferum* - do latim, a papoula do sono³. A papoula é uma planta herbácea da família das paveráceas, de cujos frutos, em forma de cápsulas verde, extrai-se e desseca-se o suco leitoso que constitui o ópio – do grego *opion*, suco da papoula. Há mais de 5000 anos, entre os sumérios na Mesopotâmia, a papoula já era utilizada em infusões para curar doenças, aliviar dores de cabeça, cólicas e o sofrimento decorrente de ferimentos e cirurgias. Assírios, babilônios, egípcios e fenícios também fizeram uso desta substância e a levaram para o conhecimento da Grécia e Roma antigas. O ópio é mencionado em mitos e epopéias da antiguidade. O grego Hipócrates, considerado o pai da medicina, foi um dos primeiros estudiosos a

² CESAROTTO, Oscar. *Um affair freudiano. Os escritos de Freud sobre a cocaína*. São Paulo: Iluminuras, 1989, p.125.

³ Dados históricos e informações nesse item foram compilados dos livros *Heroína* e *Combate à dor*, da coleção Tudo Sobre Drogas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

descrever o efeito medicinal do ópio. Suas propriedades analgésicas eram indicadas para diversas enfermidades e para o tratamento de lesões provocadas em batalhas. No século VII, os turcos e árabes passaram a fazer uso do ópio pela inalação da fumaça do suco da papoula solidificada, método com que se obtinha efeitos mais poderosos e que se difundiu rapidamente pela Índia e pela China, onde era utilizado para aliviar a dor e a fome. Durante a Idade Média, observou-se pela primeira vez o fenômeno da tolerância a uma determinada substância, uma vez que as pessoas precisavam usar cada vez mais para se obter os mesmos efeitos, e em decorrência disso foram reconhecidas propriedades letais nas excessivas doses de ópio. Na Europa, controlou-se o uso do ópio e dos medicamentos em grande medida devido à influência da Igreja Católica medieval.

No início do século XVI, Paracelso, médico e alquimista suíço, elaborou um concentrado de suco de papoula, que na forma de bebida ficou conhecido como láudano. Por ser considerado terapêutico e por apresentar capacidade de rejuvenescimento, segundo as teorias de Paracelso, o uso do láudano foi difundido por todo o mundo ocidental. Com a expansão das rotas comerciais, principalmente a partir das relações entre a Grã-Bretanha e a Índia, o ópio, suas aplicações medicinais e seus modos de uso foram disseminados por todo o mundo, e no século XVIII já eram amplamente utilizados dentro dos lares na forma de diversas poções. Até o final deste século, os opiáceos eram normalmente considerados por suas capacidades medicamentosas, e ainda não era tão levado em conta seu potencial de gerar dependência e de conduzir à morte. Esses aspectos precipitaram-se a partir da produção da morfina. Em 1803, o alemão Frederick Serturmer obteve em laboratório um cristal alcalóide que concentrava os intensos efeitos narcóticos do ópio. Em homenagem ao deus grego do sono, *Morfeu*, Serturmer chamou essa substância de morfina. Quase concomitante à descoberta da seringa hipodérmica, a morfina revolucionou os métodos e tratamentos medicinais no combate à dor e ao sofrimento por suas propriedades narcóticas e anestésicas. Além destas, a morfina logo se revelou como poderosa substância estupefaciente, por sua ação opiácea sobre o imaginário, levando a vários casos de morfismo entre os próprios médicos que já a aplicavam pela via endovenosa. A morfina não somente passou a fazer parte do arsenal biomédico universal, como também era a substância eficaz mais amplamente utilizada para os soldados feridos de guerra, cujo abuso tornou-se conhecido como 'doença do exército'. Vários anos depois de Serturmer ter isolado a morfina, a codeína foi descoberta. Esse narcótico menos potente obtido a partir da morfina passou a ser utilizado nas fórmulas de xaropes.

Em 1874, o químico inglês C. R. Wright sintetizou a diacetilmorfina, que somente em 1898 passou a ser fabricada com o nome comercial *Heroína* pela tradicional indústria farmacêutica alemã Bayer. Como substância utilizada para combater o morfismo e como calmante

para acessos de tosse, os efeitos da diacetilmorfina eram mais fortes e mais rápidos do que o da morfina. Porém, em relação a isso, logo se reconheceu o potencial de gerar a dependência característica dos opiáceos e, com a suspensão de sua fabricação pela Bayer, ficou mundialmente conhecida como heroína. Os efeitos dos narcóticos analgésicos em geral são descritos como depressores do sistema nervoso central, e por isso eles são classificados na ordem dos *psicolépticos*. Eles deprimem a respiração e causam náusea, sonolência, perda de apetite, apatia e uma diminuição de todas as funções biológicas. Em overdoses, provocam respiração pouco profunda, convulsões, choque, coma e, possivelmente, morte.

Tanto o ópio como a morfina e a heroína estiveram presentes no processo de modernização das sociedades industriais capitalistas, compondo um panorama farmacológico e macroeconômico fundamental para a visão das transformações e valores culturais dos últimos séculos. Devido às suas propriedades anestésicas e narcóticas essas substâncias tornaram-se paradigmáticas de uma concepção universal da dependência química relacionada ao consumo de psicoativos em geral. Diante do crescente número de casos de dependência a opiáceos ao longo dos séculos XIX e XX, muitos dos discursos e campanhas a favor da proibição de drogas nomearam e atribuíram características da dependência aos narcóticos a outras substâncias psicoativas. Nesse sentido, o consumo de psicofármacos e as políticas que envolveram sua fabricação e distribuição ao longo do tempo não somente tornaram evidentes os critérios ligados a sua utilização clínica, do ponto de vista medicinal, porém também revelaram aspectos de ordem econômica e moral na construção desse panorama histórico. Alguns autores dedicaram obras literárias às suas experiências com opiáceos, como no clássico *Confissões de um comedor de ópio inglês* de Thomas de Quincey de 1821. Também são relatos valiosos os trabalhos de Samuel Taylor Coleridge em *Ode à aflição* de 1802, Edgar Allan Poe em *Vida em morte* de 1849, dentre outros contos e poemas, e James Clarence Mangan em *Uma dose de láudano de sessenta gotas* de 1839.

Experiência do presente

Há alguns anos atrás, uma campanha de prevenção ao uso de drogas no Brasil estava sendo veiculada através das mídias, utilizando o seguinte lema ou *slogan*: 'Drogas, nem morto!'. Sem querer questionar a eficácia de tal estratégia preventiva, que trazia sempre imagens de impacto, poderíamos afirmar, a partir do paradigma da dependência aos opiáceos e em contraposição a isso, que para o sujeito que faz uso de substâncias psicoativas, o lema deveria ser

outro: 'Drogas, só morto!'. A relação que o sujeito do efeito psicoativo mantém com sua substância é rigorosa quanto à própria virtualidade da experiência em questão, e possivelmente esse é o ponto de interesse para aqueles que trabalham com a questão das dependências ou da toxicomania. A abordagem da noção de pulsão em psicanálise oferece uma compreensão instrumental para situar o sujeito do efeito, isto é, aquele que comparece, que faz presença sob efeito de alguma substância psicoativa.

No seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, no capítulo sobre a desmontagem da pulsão, Jacques Lacan remete-se a Freud para falar do aspecto diferencial do termo impulso, um dos quatro componentes da pulsão [*Trieb*]: fonte, impulso, objeto e alvo. Afirma que Freud dá à noção de impulso um caráter de excitação [*Reiz*], mas que, diferente da estimulação proveniente do mundo exterior, trata-se de uma excitação interna. Em seguida, Lacan recupera a origem do campo freudiano, ou seja, da época em que Freud buscava o entendimento do aparelho psíquico em suas relações com as neurociências, para examinar o que é próprio da pulsão, isto é, "na sua forma mais indiferenciada que é nesse nível do Eu [*Ich*], do Eu-real [*Real-Ich*]". Aqui há algo de elementar, quando Lacan afirma que o *Real-Ich* é concebido como suportado, não pelo organismo inteiro, mas pelo sistema nervoso, e ainda, que ele tem um caráter de sujeito objetivado. Podemos conectar o sujeito do efeito produzido em sua relação com os opiáceos a essa concepção freudiana como ponto virtual daquilo que está em jogo no âmbito da satisfação pulsional.

"Este é o ponto essencial, o *Triebreiz* é aquilo pelo quê certos elementos desse campo são investidos pulsionalmente. Este investimento nos coloca no terreno de uma energia, de uma energia potencial, pois a característica da pulsão é de ser uma *konstante Kraft*, uma força constante. [...] A constância do impulso proíbe qualquer assimilação da pulsão a uma função biológica, a qual tem sempre um ritmo. A primeira coisa que diz Freud da pulsão é, se posso me exprimir assim, que ela não tem dia nem noite, não tem primavera nem outono, que ela não tem subida nem descida. É uma força constante".⁴

A desmontagem da pulsão também é comentada por Maire Jaanus. Ela retoma a questão da sexualidade no ponto em que Lacan a coloca, em relação aos princípios do prazer e de realidade. "O real é o dessexualizado; porém, não significa que o real seja sem prazer, apenas que o princípio do prazer, em seu estado inalterado e não acossado, é homeostático, mais do que erótico", escreve Jaanus. A partir de Freud sabemos de que homeostase se trata, isto é, daquela que equaliza os níveis de excitação do sistema no princípio de constância, ou no extremo do princípio de *Nirvana*. O erotismo diz das zonas erógenas, do corpo erogenezado pela gramática

⁴ LACAN, Jacques. *O Seminário. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p.156.

pulsional, o que o distingue do organismo biológico. É em relação ao diferencial de excitação das zonas do corpo que se produz o campo 'acossado' pelo erotismo, portanto, não homeostático.

"O corpo da necessidade e o corpo da pulsão são ambos reais, na medida em que sua fonte (*Quelle*) está no corpo, mas enquanto a necessidade envolve o interior do corpo, os órgãos internos (estômago, intestinos e outros órgãos vitais), a pulsão envolve as zonas de superfície do corpo e as aberturas erógenas. As aberturas são pontos de evanescência onde o interno encontra o externo. As duas zonas corporais, embora distintas, são interfaciais. Elas são superpostas e conectadas através da figura do *oito interior*. A continuidade e a conexão das zonas torna possível a transgressão. O *oito interior* escreve ou desenha um corpo sobre o outro como num palimpsesto ou *pentimento*".⁵

A pulsão é uma força constante que força no sentido do prazer, o que provoca ondas no suposto equilíbrio homeostático das funções biológicas. A dimensão da angústia e do desejo em relação à satisfação pulsional aparece na medida em que há uma impossibilidade real de a pulsão ser reduzida a uma função de satisfação orgânica, como a necessidade. Isso exatamente nos dá a idéia de que o objeto de satisfação da pulsão só pode ter a função de causa do desejo. Freud fundamenta isso em uma passagem de *Para além do princípio do prazer* em 1920.

"A pulsão recalçada não cessa nunca de aspirar a sua total satisfação que consistiria na repetição de uma experiência primária de satisfação. Todas as formações substitutivas, ou reativas, e as sublimações são insuficientes para fazer cessar sua permanente tensão. Da diferença entre o prazer de satisfação encontrado e o exigido surge o fator impulsor que não permite sua detenção em nenhuma das situações presentes, senão que, como disse o poeta, 'tende, indomado, sempre até adiante' (*Fausto*, Goethe)".⁶

O desejo se esboça nas margens por onde a demanda se desprende da necessidade, uma vez que tal desprendimento introduz a dimensão da impossibilidade de satisfação pelas vias do objeto da necessidade. É neste ponto que o desejo, em sua falta de acomodação, encontra abrigo na ancoragem do fantasma no inconsciente, onde o sujeito se introduz numa dialética com o objeto. Somente poderemos saber da pulsão, apreender algo da esfera pulsional, a partir de suas representações no inconsciente, ou seja, por seus artifícios significantes no campo da linguagem, por suas conexões com a demanda, enlaçada ao que se inscreve na função simbólica. Por esse motivo, Lacan fala que se o instinto é uma programação, a pulsão é uma montagem surreal.

⁵ JAANUS, Maire. "A desmontagem da pulsão". In: FELDSTEIN, Richard (org.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.135.

⁶ Tradução livre de citação. FREUD, Sigmund. "Mas alla del principio del placer". In: *Obras Completas, vol.III*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p.2528.

Em se tratando do sujeito do efeito como ponto de visada, podemos observar o que se produz como transgressão da montagem pulsional. Durval Nogueira F^o afirma que as substâncias psicoativas, sem especificar quais sejam, promovem uma espécie de subversão na esfera pulsional, onde ocorre “um abandono da significação, tendendo à indiferença no discurso falado, nas emoções vividas e na experiência”. O que Nogueira aponta é justamente um movimento de prevenção em relação à incidência do Outro, enquanto campo dos significantes que marcam o sujeito na condição finita do ser, ou seja, na dimensão exata do desejo. O desprendimento de algumas identificações e pontos de ancoragem significantes produz o efeito de indiferença mencionado. O significante perde sua função de matizar o desejo, o que incide sobre o que é da ordem sexual na constituição fantasmática. Segundo Nogueira, o sujeito do efeito produz uma *fantasmagoria* produzida pela ênfase no enlace dos registros do real e do imaginário em detrimento do simbólico. Isso seria uma nova versão para a realidade pulsional ou um novo real, um real imaginarizado.

“A *fantasmagoria* representa a formação que se deduz da experiência toxicomaniaca. Representa-se assim, a imprudência que começa com a estimulação direta da pulsão por meio de um artefato químico, natural ou não, desencadeando uma balbúrdia pulsional que culmina na fixação ao produto que mais imediatamente associa-se ao prazer obtido. Esse prazer carrega um discurso que não conta com o semelhante e aproveita-se dos signos providos pelo código para constituir-se”.⁷

Fazemos observar que o gozo obtido pelo sujeito do efeito remete de fato a uma certa indiferença no nível do discurso, sem que a incidência da linguagem deixe de operar. Talvez seja apropriado dizer que se produz uma aleatoriedade no nível dos significantes, respeitando-se a relativa intensidade dos efeitos psicoativos sobre a subjetiva organização simbólica. Charles Baudelaire em seu *O poema do haxixe*, de 1851, descreve de forma peculiar os efeitos sinestésicos desta substância e oferece uma idéia das manifestações inconscientes que derivam da aleatoriedade significativa.

“De fato, é nesse período da embriaguez que se manifesta uma clarividência nova, uma acuidade superior em todos os sentidos. O olfato, a visão, a audição, o tato participam igualmente desse progresso. Os olhos visam o infinito. O ouvido percebe sons quase imperceptíveis no meio do mais completo tumulto. É aí que começam as alucinações. Os objetos exteriores assumem aos poucos, sucessivamente, aparências singulares; ficam distorcidos e se transformam. Logo, chegam os equívocos, os enganos e a transposição de idéias. Os sons assumem cores, e as cores contêm música. [...] Essas analogias revestem-se então de uma vivacidade insólita; penetram, invadem, atormentam o espírito com seu caráter despótico”.⁸

⁷ NOGUEIRA F^o, Durval Mazzei. *Toxicomanias*. São Paulo: Escuta, 1999, p.65.

⁸ BAUDELAIRE, Charles-Pierre. *O poema do haxixe*. Rio de Janeiro: Newton Compton, 1996, p.69.

Ao tratar das adversidades do dia seguinte à experiência com haxixe, Baudelaire afirma o seguinte: “É o castigo merecido pela prodigalidade ímpia com a qual você fez tamanho gasto de fluido nervoso. Você espalhou sua personalidade ao vento e agora você tem dificuldade de reuni-la e concentrá-la”. No primeiro capítulo de *O poema do haxixe*, chamado *O gosto pelo infinito*, Baudelaire fala do haxixe e do ópio como as duas substâncias mais energéticas da sua época, de uso mais prático, e mais apropriadas para criar o que chama de *ideal artificial*. O autor faz várias aproximações entre as substâncias, citando a experiência de outros autores. “A análise dos efeitos misteriosos e do gozo mórbido que podem trazer essas drogas, dos castigos inevitáveis que resultam do seu uso prolongado, e finalmente da própria imortalidade implicada nesta procura de um falso ideal, constitui o objeto deste estudo”, afirma ele. A acuidade analítica do poeta, sob certa disposição moral, se revela ao apontar o sujeito do efeito em conexão com uma noção de aleatoriedade e de infinito.

“Felizmente, essa imaginação interminável só durou um minuto, pois num intervalo de lucidez, às custas de um grande esforço, você conseguiu olhar para o relógio. Mas já outra corrente de idéias o está levando; por mais um minuto o fará rolar no seu redemoinho vivo, e esse outro minuto será uma eternidade. Pois as proporções do tempo e do ser estão totalmente distorcidas pela quantidade e intensidade das sensações e das idéias. Parece que se está vivendo várias vidas de homem no espaço de uma hora”.⁹

O tempo cronológico oferece à razão a exata dimensão da mortalidade e de que estamos imersos no ciclo das gerações. O ser finito coloca o sujeito na ordem do desejo, na medida em que faz suas escolhas em referência a um estatuto sócio-cultural. O que se verifica, a partir das descrições de Baudelaire, é que o sujeito do efeito psicoativo goza de uma totalidade psíquica e sensorial, de um êxtase pulsional, e de uma suspensão temporal. Em *Para além do princípio do prazer*, encontramos a seguinte citação de Freud, em que ele explicita o que é da atemporalidade no inconsciente, e de como o corpo erógeno encontra na cronologia uma certa satisfação simbólica substitutiva.

“O princípio kantiano de que o tempo e o espaço são duas formas necessárias do nosso pensamento, hoje pode ser submetido à discussão como conseqüência de certas descobertas psicanalíticas. Temos visto que os processos anímicos inconscientes se acham em si *fora do tempo*. Isto quer dizer, em primeiro lugar, que não podem ser ordenados temporalmente, que o tempo não muda nada neles e que não se pode aplicar a eles a idéia de tempo. [...] Nossa abstrata idéia de tempo parece mais baseada no funcionamento de sistema percepção-consciência, e corresponde a uma auto-percepção do mesmo. Neste funcionamento do sistema apareceria outro meio de proteção contra as excitações”.¹⁰

⁹ Ibid. p.71.

¹⁰ Tradução livre de citação. Op. cit. p.2520.

Apesar da vivência evanescente de uma totalidade psíquica e sensorial, o sujeito da configuração fantasmática no inconsciente encontra-se constantemente em falta com relação ao objeto da satisfação pulsional. Pensar no objeto eternamente faltante, que sempre escapa à razão, que não se inscreve enquanto sentido no real, e que encontra no imaginário a via de acesso, na ordem do tempo esse objeto é o presente. A experiência do presente é uma das formas de apreender a noção do real em psicanálise, pois se no tempo cronológico isso escapa, na atemporalidade do inconsciente isso significa nada. A experiência do presente remete à idéia do universo em suspensão, o que seria a dimensão do absurdo. O estático homeostático da excitação, o silêncio da pulsão de morte, o *Nirvana*, reduz o sistema a um ponto. O sujeito do efeito psicoativo visa à experiência do presente, recobrando o real da vivência com o imaginário na supressão do desejo; porém, na experiência, como diz Baudelaire, é levado "por outra corrente de idéias". O acaso do presente também remete à noção de real, do impacto, da surpresa, do inusitado, do que advém a obra de arte. Na perspectiva da transgressão das disposições psíquicas na esfera pulsional, o sujeito do efeito lança-se ao acaso como uma nova disposição de encontro. Entretanto, a experiência do presente, que tornaria equivalente a relação sujeito-objeto, não gera saber em si. Só encontra sentido através da mediação simbólica, das representações *a priori* e *après-coup*, recriando a cronologia do sistema percepção-consciência. Numa analogia ousada, o sujeito do efeito psicoativo se esquivava da organização simbólica ao desengrenar o motor do carro em movimento, ao colocá-lo em ponto-morto. Por isso, 'Drogas, só morto!' poderia ser seu lema.

Proibicionismo

Ainda que possamos realizar uma leitura analítica sobre os efeitos psíquicos e sensoriais dos opiáceos, desde a origem de seu consumo milenar essas substâncias carregam em si o nó da complexidade existencial. A vivência dos efeitos narcóticos, que estabelecem fronteiras entre a dor e o prazer, como afirmam diversos autores, não se restringe à experiência da embriaguez, da sedação, da anestesia ou do sono, mas antes é traduzida em termos de estímulo à imaginação, excitação onírica e bem-estar. Nesse sentido, a estase homeostática atinge níveis equânimes por todo o sistema, o que evoca o princípio da constância de Freud enquanto meta de prazer e evasão do sofrimento. Por outro lado, encontra-se ampla literatura relacionando esses produtos à degradação humana, a partir dos abusos e dos diferentes graus de dependência verificados ao longo da história. O ópio e os opiáceos servem absolutamente de modelos para toda a sorte de argumentação relacionada ao consumo de substâncias psicoativas, e por essa razão

encontram-se no cerne das históricas intrigas internacionais ligadas à sua produção e tráfico. Pelas propriedades narcóticas do ópio, outras substâncias de efeitos diversos, que suscitam contravenção, também passaram a ser chamadas de *narcóticos*.

As questões ligadas à contenção dos hábitos e ações sociais estão vinculadas a diversos fatores, e dentre eles quase sempre são determinantes os que se relacionam às conseqüências decorrentes dessas mesmas ações. Entretanto, quando pensamos sobre os hábitos de consumo de substâncias psicoativas na sociedade, nem sempre são as conseqüências dos atos que pesam sobre seu julgamento. Existe na atualidade uma série de considerações *a priori*, quando se trata de analisar moralmente o consumo das substâncias lícitas e ilícitas. Antonio Escotado introduz essa questão ao discutir com outros autores a idéia de *uma nova forma de pecado*.

“No caso humano, deve-se responsabilizar também o mal-estar geral na cultura, que Freud e outros descreveram com lucidez já há meio século. Entretanto, a situação modificou-se consideravelmente na sociedade consumista. Há meio século o mal-estar social e individual se admitia, enquanto agora ‘é como se existisse um tabu que proíbe definir como repugnância a repugnância que produz essa sociedade’. Quem rejeita dita regra, seja grupo ou sujeito singular, inclui-se no grupo dos enfermos mentais, e como enfermo mental – além de pecador e delinqüente – vem sendo tratado o usuário de drogas ilícitas desde já algumas décadas”.¹¹

As medidas repressivas impostas pelas legislações, pelos mecanismos disciplinares, dispositivos e políticas de controle social à produção, distribuição, divulgação, comércio e consumo de substâncias psicoativas caracterizam o proibicionismo contemporâneo. No mercado internacional globalizado das sociedades industriais, algumas substâncias são vistas como estigmas, e sofrem diferentes formas de preconceito e retaliação no âmbito das relações de grupo e das economias individuais. Entretanto, dentro de uma visão macroeconômica, essas mesmas substâncias proscritas movimentam valores enormes e encontram-se da mesma forma absorvidas por processos comerciais paralelos como mercadoria de consumo no mercado negro. Esse aspecto econômico paradoxal oferece à análise a perspectiva dos fatores históricos que envolveram as diferentes substâncias no âmbito das sociedades e das relações comerciais intercontinentais dos últimos séculos.

A utilização do ópio no século XIX alcançou índices jamais registrados entre as classes operárias, pois além de fazer parte da panacéia medicinal de todos os lares, era consumido após a jornada de trabalho na forma do láudano, bebida alcoólica à base de ópio. Segundo

¹¹ Tradução livre de citação. ESCOTADO, Antonio. *Historia de las drogas*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

Wolfgang Schivelbusch, o uso contínuo de ópio pela população trabalhadora da primeira metade do século XIX parece ficar no esquecimento, devido ao fato mais conhecido de que a vanguarda artística e literária daquela época consumia importantes quantidades de ópio e de haxixe, até então consideradas drogas aparentadas. O *Clube do haxixe* de Paris fazia programas de consumo de drogas e produção literária. Para esse autor, a geração do ópio e do haxixe do século XIX foi uma geração romântica que proclamava o caráter anti-social do artista rompendo radicalmente com os valores da burguesia.

“De fato, os escritores do século XIX adictos ao ópio e ao haxixe desempenharam uma função surpreendente e diretamente oposta a suas intenções: providenciaram à sociedade burguesa os argumentos para que as drogas fossem declaradas tema tabu. A imaginação e as propensões anti-burguesas dos poetas, que descreviam o ópio e o haxixe como veículos para a ampliação e a dissolução do eu, escandalizaram a sociedade da época. Foi a publicação das visões oníricas dos poetas o que chamou a atenção sobre os efeitos das drogas, desconhecidos até então pela sociedade”.¹²

Evidentemente essa não foi razão única para que essas substâncias fossem vistas com maior desconfiança. Ao longo do século, os exemplos de dependência aos opiáceos, degradação física e moral, decorrentes dos abusos dessas substâncias se multiplicaram, e medidas legislativas de proibição e controle entraram em vigor. A morfina injetável foi amplamente utilizada entre os soldados nos conflitos militares, produzindo uma nova abordagem e disposição social em relação aos efeitos desses psicofármacos.

“A moderna legislação sobre os estupefacientes recebeu seu impulso decisivo da fora da Europa. O devastador papel que o ópio chegou a desempenhar na China desencadeou uma das maiores campanhas política e moral do século passado, cuja veemência só poderia comparar-se com a do movimento antiescravista. Essa campanha contra o ópio culminou em uma série de tratados internacionais concluídos imediatamente antes e depois da Primeira Guerra Mundial, com a finalidade de controlar o tráfico internacional de ópio. E somente a partir desses convênios é que os diferentes países começaram a promulgar suas próprias leis, que em seus aspectos essenciais seguem em vigor até hoje”.¹³

A concepção vigente em relação às substâncias psicoativas de forma geral e sob o foco do proibicionismo internacional - a maconha e o haxixe, a cocaína, os psicodislépticos [alucinógenos ou enteógenos] e os opiáceos - é a de que acarretam problemas à prevalente ordem social. Associa-se a essas substâncias potencial capacidade de gerar dependência física e psicológica, a partir da tolerância ao seu consumo, criando toda a sorte de desregramentos individuais e grupais, ameaçando a coesão dos valores sociais. Em suma, caracterizam uma sintomatologia perversa ameaçadora em relação à qual faz-se necessário utilização dos

¹² Tradução livre de citação. SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *Historia de los estimulantes. El paraíso, el sentido del gusto y la razón*. Barcelona: Anagrama, 1995, p.246.

¹³ Tradução livre de citação. Ibid. p.251.

mecanismos de controle disciplinar na preservação de uma ética hegemônica familiar. Como se observa, os opiáceos tiveram grande participação na determinação dessa visão, e se levarmos em consideração a experiência do presente antes analisada, a vivência contínua no uso dessas substâncias de fato acarreta um processo de isolamento dos laços sociais. Entretanto, surpreende o fato de que as mesmas medidas proibicionistas não se dispõem para a produção, comércio e consumo de bebidas alcoólicas, tão perniciosas e até mais ameaçadoras à ordem social do que as primeiras, que, no entanto, já foram absorvidas pelas mais diferentes culturas. Schivelbusch nos faz pensar na tolerância de forma abrangente, tanto para o consumo individual das substâncias como na esfera coletiva.

“O consumo regular de drogas conduz à habituação. Enquanto nas primeiras ocasiões se chega a estados de excitação ou embriaguez, os efeitos vão se atenuando à medida que o organismo se habitua. Este fenômeno não somente é aplicável aos indivíduos assim como para sociedades inteiras. No fundo, toda mudança que se produz na história dos estimulantes não é outra coisa que a acomodação de grandes massas de população a um novo produto. [...] Existem indícios de que os estupefacientes hoje em dia ilegalizados (e que como temos visto, foram proibidos faz relativamente pouco) poderiam ter uma evolução parecida. Apesar de todas as tentativas para refrear essa tendência, desde há algum tempo se constata uma liberalização na atitude prevalente”.¹⁴

Do ponto de vista das substâncias psicoativas indistintamente falando, a questão dos efeitos perniciosos sobre a economia, saúde e ordem social passa pelos diferentes graus de uso e abuso, além das contingências grupais para cada sociedade. Ineficaz, entretanto, se torna reprimir absolutamente qualquer possibilidade de uso a partir das legislações, conforme a história tem comprovado. O controle da produção, da qualidade e do comércio dos produtos apenas é transferido para outras redes de execução que inevitavelmente geram ressonâncias nocivas sobre a sociedade.

“O experimento de proibir tem fracassado miseravelmente, e é hora de voltarmos à ordem natural das coisas, permitindo que a sociedade aprenda a regular e controlar o uso de drogas social e medicinalmente, não legalmente e à força. [...] Somente pondo a descoberto todo uso lúdico de drogas podemos esperar que desenvolvamos restrições favoráveis ao consumo responsável das atuais drogas ilícitas. Devemos tratar os cidadãos como adultos responsáveis, e não promulgar a noção absurda e falaz de que certas drogas (como heroína e cocaína) destroem a vontade individual e o autodomínio, oferecendo por isso mesmo a indivíduos imaturos e irresponsáveis uma desculpa já pronta para comportar-se de modo ilegal e imoral. [...] É hora de que nossos governos exerçam um controle real e apropriado sobre as drogas atualmente ilegais, garantindo pureza, dosagem e preço justo no mercado. Da sociedade e de nós, como indivíduos, depende fazer o resto”.¹⁵

¹⁴ Tradução livre de citação. Ibid. p.261.

¹⁵ Tradução livre de citação. OTT, Jonathan. *Pharmacoteon. Drogas enteogénicas, sus fuentes vegetales y su historia*. Barcelona: La Liebre de Marzo, 2000, p.68.

Desse modo entende-se que o mal-estar na cultura de uma forma ou de outra se mantém ao longo dos séculos como a própria condição humana, conforme afirmava o pai da psicanálise, e que todas as tentativas de contenção das buscas de satisfação pulsional e de alívio do sofrimento nos parecem como uma mão que tenta reter um punhado de areia seca.

José Ricardo Gallina

Dezembro 2004

Bibliografia

- BAUDELAIRE, C.-P. *O poema do haxixe*. Rio de Janeiro: Newton Compton, 1996.
- CESAROTTO, O. *Um affair freudiano. Os escritos de Freud sobre a cocaína*. São Paulo: Iluminuras, 1989.
- ESCOHOTADO, A. *Historia de las drogas*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- FREUD, S. "El malestar em la cultura". In: *Obras Completas, vol.III*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.
- _____. "Mas allá del principio del placer". In: *Obras Completas, vol.III*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.
- JAANUS, M. "A desmontagem da pulsão". In: FELDSTEIN, R. (org.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LACAN, J. *O Seminário. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- NOGUEIRA Fº, D. M. *Toxicomanias*. São Paulo: Escuta, 1999.
- OTT, J. *Pharmacoteon. Drogas enteogénicas, sus fuentes vegetales y su historia*. Barcelona: La Liebre de Marzo, 2000.
- RODGERS, J. E. *Combate à dor*. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (col. Tudo Sobre Drogas).
- SCHIVELBUSCH, W. *Historia de los estimulantes. El paraíso, el sentido del gusto y la razón*. Barcelona: Anagrama, 1995.
- ZACKON, F. *Heroína*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (col. Tudo Sobre Drogas).

#

#

#